

Diário do Legislativo de 27/08/1997

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - 115ª Reunião Ordinária de Debates

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATA

ATA

ATA DA 115ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEBATES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 25 DE AGOSTO DE 1997

Presidência do Deputado Romeu Queiroz

SUMÁRIO: COMPARECIMENTO - ABERTURA - 1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE): 1ª Fase: Atas - Correspondência: Ofícios - Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 1.341 e 1.342/97 - Requerimento nº 2.259/97 - Comunicações: Comunicações da Comissão de Educação e dos Deputados Marco Régis (2), José Henrique e Roberto Amaral - Oradores Inscritos: Discurso do Deputado Raul Lima Neto - 2ª Fase: Abertura de Inscrições: Palavras do Sr. Presidente - Leitura de Comunicações Apresentadas - ENCERRAMENTO - ORDEM DO DIA.

COMPARECIMENTO

- Comparecem os Deputados:

Romeu Queiroz - Ivo José - Adelmo Carneiro Leão - Ailton Vilela - Alberto Pinto Coelho - Ambrósio Pinto - Antônio Júlio - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Elbe Brandão - Ermano Batista - Gil Pereira - Ivair Nogueira - João Leite - José Braga - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Marco Régis - Olinto Godinho - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Rêmoló Aloise - Sebastião Costa.

ABERTURA

O Sr. Presidente (Deputado Romeu Queiroz) - Às 20h10min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE)

1ª Fase

Atas

- O Deputado Rêmoló Aloise, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

Correspondência

- O Deputado João Leite, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Deputado Federal Germano Rigotto, comunicando a instalação, na Câmara dos Deputados, da Comissão Especial com o objetivo de acompanhar e participar da discussão para implementação da Área de Livre Comércio das Américas - ALCA.

Do Sr. Cláudio Roberto Mourão da Silveira, Secretário de Administração, informando a impossibilidade de seu comparecimento a reunião da Comissão de Administração Pública e indicando representante para a ocasião. (- À Comissão de Administração Pública.)

Do Sr. José Henrique Santos Portugal, Secretário-Geral do Governador do Estado, prestando informações relacionadas a pedido feito pelo Deputado Dinis Pinheiro (encaminhamento à Comissão Estadual de Política de Pessoal de solicitação em favor dos Auxiliares de Educação).

Do Sr. José Henrique Santos Portugal, Secretário-Geral do Governador do Estado, informando, em atenção a pedido do Deputado Dinis Pinheiro, que o abono concedido pelo Governo a partir de julho melhorou substancialmente a remuneração dos servidores que estão na base da pirâmide salarial do serviço público e que o pessoal administrativo das escolas teve aumento salarial superior à inflação durante o atual Governo.

Do Sr. Antônio Sérgio Tonet, Promotor de Justiça, encaminhando cópia das diversas medidas judiciais e administrativas adotadas pela Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público relativas a irregularidades praticadas na apuração do VAF pela empresa Tema Consultoria Econômica e Financeira Ltda. e atos de improbidade administrativa praticados pelo servidor público Aloísio Hugo Guimarães, informações que dizem respeito à CPI do VAF. (- À CPI do VAF.)

Do Sr. Áureo Araújo Faleiros, Diretor de Assuntos Fundiários da FUNAI, encaminhando cópia do decreto de 2/10/96, que homologou a demarcação da terra indígena maxacali. (- À Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais.)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para a 1ª Fase do Pequeno Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 1.341/97

Declara de utilidade pública a Sociedade Guanhanense de Cultura Musical, do Município de Guanhães.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Guanhanense de Cultura Musical, com sede no Município de Guanhães.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de agosto de 1997.

Olinto Godinho

Justificação: A referida instituição é uma sociedade civil sem finalidade lucrativa, que presta um serviço inigualável à comunidade de Guanhães. São objetivos da Sociedade, entre outros: manter, em caráter permanente, a Banda de Música Santa Cecília, em homenagem à padroeira dos músicos; manter escola para o ensino gratuito da arte musical e a formação de músicos; abrigar as festas populares; desenvolver e estimular o interesse pela arte musical no município e na região.

A entidade, criada em 17/2/52, tem sua sede na Rua Dayse Ferreira, 69, no Município de Guanhães. Sua Diretoria é composta por pessoas idôneas que não recebem remuneração pelo exercício dos respectivos cargos. Ademais, a Sociedade atende a todas as exigências da Lei nº 5.830, de 1971, c/c o art. 178, § 5º, incisos I e II, do Regimento Interno.

Por reputar como de fundamental importância para a sociedade a criação e a manutenção de instituições que visem ao desenvolvimento da cultura, do folclore e do espírito artístico do povo, é que submeto à apreciação dos meus nobres pares este projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 195, c/c o art. 104, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.342/97

Declara de utilidade pública o Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de Minas Gerais - SATED-MINAS -, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de Minas Gerais - SATED-MINAS -, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 22 de agosto de 1997.

Ronaldo Vasconcelos

Justificação: Em funcionamento há mais de dois anos, a entidade mencionada possui diretoria composta por pessoas idôneas e que não recebem remuneração pelo exercício de suas funções. Posto isso, pleiteia sua declaração de utilidade pública.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 195, c/c o art. 104, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTO

Nº 2.259/97, do Deputado Anderson Adatao, em que solicita seja reiterado apelo ao DER-MG para que seja providenciado o recapeamento da MG-255. (- À Comissão de

COMUNICAÇÕES

- São também encaminhadas à Mesa comunicações da Comissão de Educação e dos Deputados Marco Régis (2), José Henrique e Roberto Amaral.

Oradores Inscritos

- O Deputado Raul Lima Neto profere discurso, que será publicado em outra edição.

2ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Não havendo outros oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª Fase da 1ª Parte da reunião, destinada à leitura de comunicações e a pronunciamentos de Líderes inscritos. Estão abertas as inscrições para o expediente da próxima reunião ordinária.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que, nos termos do art. 209 do Regimento Interno, inicia-se hoje, dia 25, o prazo de apresentação de emendas, em 1º turno, à Proposta de Emenda à Constituição nº 42/97, do Governador do Estado, que altera a redação do "caput" do art. 142 da Constituição do Estado.

A Presidência informa ao Plenário que, nos termos do art. 209 do Regimento Interno, encerra-se hoje, dia 25, o prazo de apresentação de emendas, em 2º turno, à Proposta de Emenda à Constituição nº 19/95, do Deputado Geraldo Nascimento e outros, que dispõe sobre a identificação do usuário dos transportes coletivos urbanos, para os fins do disposto no art. 230, § 2º, da Constituição Federal.

A Presidência, com pesar, comunica à Casa o falecimento do Deputado Haroldo Lopes da Costa, ex-Vice-Presidente desta Casa, ex-Presidente da Comissão de Saúde e Ação Social, ex-Presidente do IPSEMG, que está sendo velado no Salão Nobre desta Casa.

Leitura de Comunicações Apresentadas

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pela Comissão de Educação - aprovação, na sua 64ª Reunião Ordinária, dos Projetos de Lei nºs 1.201/97, da Deputada Maria José Haueisen, e 1.231/97, do Deputado Ronaldo Vasconcellos (Ciente. Publique-se.); e pelos Deputados Marco Régis (2) - falecimento dos Srs. Celso Avelar, em Esmeraldas, e Geraldo Coimbra, em Muzambinho; José Henrique - falecimento do Sr. Sebastião Anastácio de Paula, ex-Deputado Estadual e ex-Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, nesta Capital; e Roberto Amaral - falecimento do Sr. Hugo Teixeira, nesta Capital (Ciente. Oficie-se).

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - Não havendo outras comunicações a serem feitas, Líderes inscritos nem oradores para o Grande Expediente, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a extraordinária de amanhã, dia 26, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária deliberativa na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 287ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 27/8/97

1ª Parte (Pequeno Expediente)

(das 14 horas às 15h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

Requerimento nº 2.168/97, do Deputado João Batista de Oliveira, em que pede sejam solicitadas ao Governador do Estado informações a respeito dos trabalhos da comissão de estudos encarregada de estabelecer normas para adaptação de prédios públicos, criada pelo Decreto nº 38.433, de 1º/11/96. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 2.192/97, do Deputado Toninho Zeitune, em que pede seja solicitada ao Secretário do Trabalho informação sobre o valor de benefícios pagos mensalmente pela Secretaria às creches ou similares, a título de custeio para o atendimento a crianças assistidas por entidades filantrópicas conveniadas com o Estado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 2.210/97, do Deputado Geraldo Nascimento, em que pede seja solicitado aos Cartórios de Registro de Imóveis do 1º ao 7º Ofício o envio a esta Casa de respostas às indagações que relaciona, referentes a incorporações imobiliárias de edificações habitacionais. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 738/96, do Deputado Durval Ângelo, que dispõe sobre incentivo fiscal para pessoas jurídicas que empreguem trabalhadores presos e egressos, na forma que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com o Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 740/96, do Deputado Durval Ângelo, que institui o Sistema Fechado para as unidades prisionais e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 741/96, do Deputado Durval Ângelo, que cria a Ouvidoria da Polícia do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 1.077/96, da Mesa da Assembléia, que contém o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A Mesa da Assembléia opinou pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 29, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Mesa da Assembléia, que opina pela aprovação das Emendas nºs 34, 35, 39, 44 a 46, 65, 92, 106 e 114; pela rejeição das Emendas nºs 30, 32, 36, 37, 40, 41, 43, 48 a 50, 53, 57 a 59, 61, 62, 66, 67, 69, 71, 74, 77, 78, 80, 81, 83, 85 a 87, 89, 90, 93 a 100, 102 a 105, 107, 108, 110 e 113; pela prejudicialidade das Emendas nºs 31, 42, 51, 54, 68, 73, 79, 88, 91, 111 e 112; pela apresentação de subemendas às Emendas nºs 7, 18, 19, 29, 33, 38, 47, 52, 55, 56, 60, 63, 64, 70, 72, 75, 76, 82, 84, 101 e 109, ficando, em consequência, prejudicadas essas emendas. Apresenta, ainda, as Emendas nºs 115 a 123.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 846/96, do Deputado Gilmar Machado, que assegura ao consumidor o pleno atendimento dos serviços médico-hospitalares prestados por empresas privadas ou de intermediação. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde e Ação Social opina por sua aprovação. A Comissão de Defesa do Consumidor opina por sua rejeição. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.253/97, do Deputado Geraldo Rezende, que acrescenta o item X ao art. 4º da Lei nº 7.302, de 21/7/78, que dispõe sobre a proteção contra a poluição sonora no Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde e Ação Social opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 782/96, da Comissão de Agropecuária e Política Rural, que aprova, em conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.067/96, do Deputado Gil Pereira, que cria o Programa Mineiro de Incentivo à Banicultura e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Agropecuária opina por sua rejeição. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 613/95, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, que dispõe sobre medidas a serem adotadas pelo Governo do Estado visando a orientar os alunos de 1º e 2º graus da rede de ensino público estadual e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.061/96, do Governador do Estado, que autoriza a RURALMINAS a doar imóvel à Sociedade São Vicente de Paulo, de Jaíba. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 65ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e Lazer, a realizar-se às 9h30min do dia 27/8/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nºs 1.050/96, do Deputado Gilmar Machado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.198/97, do Deputado Paulo Piau.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.271/97, do Deputado Ronaldo Vasconcellos; 1.278/97, do Deputado Sebastião Navarro Vieira.

Ordem do dia da 63ª reunião ordinária da comissão de Agropecuária e Política Rural, a realizar-se às 10 horas do dia 27/8/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Turno único: Requerimentos nºs 2.237 e 2.246/97, do Deputado Roberto Amaral.

Convidados: Srs. José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Presidente do BEMGE; Abílio Belo Pereira, Assessor de Seguro Rural do PROAGRO e do Sindicato Rural de Capinópolis; Heli de Oliveira Penido, Presidente da CREDIMINAS; Paulo Severino de Rezende, Presidente da EMATER-MG; Gilman Viana Rodrigues, Presidente da FAEMG; Elmo Meireles

Pahll, Superintendente do Banco do Brasil em Minas Gerais, e João Antônio Fleury Teixeira, Delegado Regional Interino do Banco Central em Minas Gerais, que discutirão a proposta do BEMGE sobre seguro para a agricultura.

Ordem do dia da 69ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 10 horas do dia 27/8/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.137/97, do Deputado José Bonifácio; 1.195/97, do Deputado Marcelo Gonçalves.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Turno único: Requerimento nº 2.141/97, do Deputado Ambrósio Pinto.

Convidados: Srs. Cláudio Mourão, Secretário de Administração; Fernando Sasso, Presidente da ADEMG; Célio C. Pacheco, Presidente da JUCEMG; Mauro Roberto S. de Vasconcelos, Diretor-Geral do DER-MG; Marcelo M. Couto, Diretor-Geral do DEOP-MG; Maria Amália Horta M. C. Moreira, Presidente da Associação dos Funcionários do DEOP-MG; Francisco Miguel, Presidente da Associação dos Servidores da ADEMG; Ivane Costa, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do DER-MG; Selma de Cássia de O. Amaral, Presidente da Associação dos Servidores da JUCEMG, e Sebastião S. Silva, Presidente da Federação Sindical dos Servidores Públicos de Minas Gerais, que prestarão esclarecimentos sobre a situação atual das autarquias no Estado.

Ordem do dia da 78ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça, a realizar-se às 11 horas do dia 27/8/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.144/97, do Deputado Ambrósio Pinto; 1.226/97, do Deputado Antônio Andrade; 1.233/97, do Deputado Ivair Nogueira; 1.256/97, do Deputado João Batista de Oliveira; 1.284/97, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira; 1.212/97, da Deputada Maria José Hauelsen; 1.186/97, do Deputado Raul Lima Neto.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.245/97, do Deputado Ambrósio Pinto; 307/95, do Deputado Geraldo Rezende; 1.280/97, do Deputado Paulo Schettino; 1.288/97, do Deputado Roberto Amaral; 1.283/97, do Deputado Ronaldo Vasconcellos; 1.282 e 1.289/97, do Deputado Wanderley Ávila.

Ordem do dia da 54ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a realizar-se às 9 horas do dia 28/8/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir o Sr. Paulo Rogério Alvim Junqueira, Diretor-Geral do Instituto de Geociências Aplicadas - IGA -, que discorrerá sobre as possibilidades técnicas desse órgão para atender as demandas dos municípios mineiros.

Ordem do dia da 76ª reunião ordinária da comissão de Saúde e Ação Social, a realizar-se às 9h30min do dia 28/8/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 1.174/97, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 1.191/97, do Deputado Ajalmar Silva; 1.135/97, do Deputado Geraldo Rezende, e 1.154/97, do Deputado Wilson Trópia.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.206/97, do Deputado Glycon Terra Pinto; 1.216/97, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira;

1.235/97, do Deputado Leonídio Bouças; 1.244/97, do Deputado Miguel Martini; 1.229/97, do Deputado Roberto Amaral; 1.215 e 1.247/97, do Deputado Ronaldo Vasconcellos, e 1.109/97, do Deputado Wanderley Ávila.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 20, parágrafo único, I, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 27/8/97, destinadas, a primeira, à apreciação das Propostas de Emenda à Constituição n°s 28/96, do Deputado Durval Ângelo, que altera a Seção III do Capítulo II da Constituição Estadual e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, 31/97, do Deputado Ermano Batista, que dá nova redação aos arts. 77 a 79 da Constituição Estadual, que tratam da composição do Tribunal de Contas do Estado, e 34/97, do Governador do Estado, que altera a redação do inciso VIII do art. 10 da Constituição Estadual; e à discussão e à votação de pareceres de redação final; e a segunda, à apreciação da matéria constante na primeira acrescida das Propostas de Emenda à Constituição n°s 25/96, do Deputado Marcos Helênio, que suprime o § 2º do art. 67 da Constituição Estadual, e 36/97, do Deputado José Bonifácio, que dá nova redação ao art. 134 da Constituição Estadual; e à discussão e à votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 26 de agosto de 1997.

Romeu Queiroz, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Júlio, Ermano Batista, Sebastião Costa, Gil Pereira, Gilmar Machado e Ivair Nogueira, membros da Comissão de Constituição e Justiça; Miguel Martini, Paulo Pettersen, Roberto Amaral, Antônio Roberto, Sebastião Navarro Vieira e José Braga, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião a ser realizada em 28/8/97, às 9h30min, na Sala das Comissões, destinada a apreciar os pareceres para o 1º turno do Projeto de Lei n° 1.326/97, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a Companhia de Desenvolvimento Urbano de Minas Gerais - CODEURB - a doar à Companhia de Habitação de Minas Gerais - COHAB - imóvel que menciona.

Sala das Comissões, 25 de agosto de 1997.

Hely Tarquínio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei n° 13.423

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ivair Nogueira, Bilac Pinto, Elbe Brandão e Antônio Andrade, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 27/8/97, às 15h30min, na Sala das Comissões, destinada a apreciar o parecer do relator.

Sala das Comissões, 25 de agosto de 1997.

Raul Lima Neto, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Júlio, Ermano Batista, Sebastião Costa, Gil Pereira, Gilmar Machado e Ivair Nogueira, membros da Comissão de Constituição e Justiça; Leonídio Bouças, Ajalmar Silva, Arnaldo Penna, Antônio Andrade, Marcos Helênio, Sebastião Helvécio e Ibrahim Jacob, membros da Comissão de Administração Pública; e Miguel Martini, Paulo Pettersen, Roberto Amaral, Antônio Roberto, Durval Ângelo, Sebastião Navarro Vieira e José Braga, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião conjunta a ser realizada em 27/8/97, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei n° 1.329/97, do Deputado José Bonifácio, que altera a Lei n° 11.402, de 14/1/94, e dá outras providências.

Sala das Comissões, 25 de agosto de 1997.

Hely Tarquínio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Constituição e Justiça, de Política Energética, Hídrica e Minerária e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Hely Tarquínio, Antônio Júlio, Ermano Batista, Sebastião Costa, Gil Pereira, Gilmar Machado e Ivair Nogueira, membros da Comissão de Constituição e Justiça; Miguel Barbosa, Bilac Pinto, Elbe Brandão e Anivaldo Coelho, membros da Comissão de Política Energética, Hídrica e Minerária; Miguel Martini, Paulo Pettersen, Roberto Amaral, Antônio Roberto, Durval Ângelo, Sebastião Navarro Vieira e José Braga, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião a ser realizada em 27/8/97, às 17 horas, na Sala das Comissões, destinada a apreciar os pareceres das Comissões para o 1º turno do Projeto de Lei n° 1.316/97.

Sala das Comissões, 25 de agosto de 1997.

Álvaro Antônio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Júlio, Ermano Batista, Sebastião Costa, Gil Pereira, Gilmar Machado e Ivair Nogueira, membros da Comissão de Constituição e Justiça; Leonídio Bouças, Ajalmar Silva, Arnaldo Penna, Antônio Andrade, Marcos Helênio, Sebastião Helvécio e Ibrahim Jacob, membros da Comissão de Administração Pública; e Miguel Martini, Paulo Pettersen, Roberto Amaral, Antônio Roberto, Durval Ângelo, Sebastião Navarro Vieira e José Braga, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião conjunta a ser realizada em 28/8/97, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 1.315/97, do Deputado Ajalmar Silva, que autoriza o Poder Executivo a aplicar recursos obtidos na cobrança de multas de trânsito na utilização de redutores eletrônicos de velocidade; e 1.329/97, do Deputado José Bonifácio, que altera a Lei nº 11.402, de 14/1/94, e dá outras providências.

Sala das Comissões, 25 de agosto de 1997.

Hely Tarquínio, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.278/97

Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e Lazer

Relatório

De autoria do Deputado Sebastião Navarro Vieira, o Projeto de Lei nº 1.278/97 objetiva declarar de utilidade pública a Associação Planalto Esporte Clube, com sede no Município de Arinos.

Após exame preliminar da Comissão de Constituição e Justiça, que não encontrou óbice à tramitação do projeto, vem ele agora a esta Comissão para o 1º turno de deliberação conclusiva, nos termos regimentais.

Fundamentação

A Associação que se pretende declarar de utilidade pública é uma sociedade civil sem fins lucrativos, cuja finalidade é a difusão do civismo e da cultura física, com destaque para a prática do futebol.

Em cumprimento dos seus objetivos estatutários e no intuito de proporcionar lazer à comunidade, promove competições e eventos de caráter social e cultural.

Pelas atividades desenvolvidas na área desportiva e de lazer, a entidade faz jus ao título que lhe pretendem outorgar.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.278/97 no 1º turno, na forma proposta.

Sala das Comissões, 25 de agosto de 1997.

Gilmar Machado, relator.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

284ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 20/8/97

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, ontem, Minas Gerais ficou estarelecida com o que assistiu: a violência que a Polícia Militar provocou no jornal "O Tempo", com uma decisão da justiça que permitia o seqüestro das fotos tiradas nas últimas manifestações das Polícias Militar e Civil de nosso Estado. Esse espetáculo, de triste memória na história do Brasil, lembra os antigos tempos do DIP, na era getulista, ou, mais recentemente, do SEMINAR e do DOPS, a partir do golpe militar de 64. Medida de exceção e de arbítrio, que coloca em risco o estado democrático de direito, ao atentar contra a liberdade de imprensa e contra um dos direitos invioláveis ao trabalho, ao exercício profissional como jornalista, que é o resguardo do sigilo da fonte.

Mas o que mais agrediu a toda consciência democrática de Minas Gerais foi que, em vez de Oficiais da Justiça Militar, lá foram invadir, com baionetas, com armas e pressão, o jornal "O Tempo", três Oficiais do Comando-Geral da Polícia Militar. A que ponto chegamos neste Estado! Esse mesmo Comando, que foi incapaz e ineficiente para dialogar com os praças, rebelados em função da injustiça que foi o desnível salarial causado por essa antipolítica salarial do Governador Eduardo Azeredo.

Queremos prestar nossa solidariedade ao jornal "O Tempo" e o nosso repúdio à Justiça Militar, que é uma justiça de exceção e cara. Para terem uma idéia, Srs. Deputados, são julgados, por ano, no Tribunal de Justiça Militar, 120 processos, numa média mensal de 2 processos por Juiz, dando 24 por ano, quando em outras esferas, como no Supremo Tribunal Federal, são julgados 200 processos ao dia por Ministro. Aqui se julgam mensalmente 2 por Juiz daquela Corte. E tem um total de 80 funcionários; para terem a ilustração de como essa justiça é cara, ociosa, além de ser inoportuna num País democrático, hoje, cada processo custa, no Tribunal de Justiça Militar, R\$53.000,00. Diante de um quadro desse, temos uma emenda à Constituição do Estado, que é a Proposta de Emenda à Constituição nº 28, a que demos entrada nesta Casa, no mês de novembro do ano passado. Com a aprovação dessa proposta, extinguímos o Tribunal de Justiça Militar, pois somente três Estados do Brasil, Minas, São Paulo e Rio Grande do Sul, possuem esses tribunais de exceção, ociosos, caros, inoportunos, ditatoriais e autoritários, como vimos no espetáculo do "O Tempo".

Além do mais, o nosso projeto incorpora o Tribunal de Alçada ao Tribunal de Justiça, porque não podemos ter uma justiça de segunda instância em Minas Gerais dividida em três tribunais, sendo cara, morosa e, muitas vezes, não eficaz para o cidadão. Alguém já afirmou uma vez que uma justiça tardia não é justiça. E essa situação que vivemos, de termos três instâncias na justiça militar, acaba configurando uma justiça tardia, que acaba não cumprindo seu papel. Queremos fazer um apelo ao Deputado Arnaldo Penna, relator da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de nossa autoria, porque urge, em função dos últimos fatos - inclusive na proposta do Ministério de Justiça também está embutida a extinção dos tribunais militares de segunda instância. Aqui em Minas Gerais estamos nos antecipando.

Sr. Presidente, hoje estamos entrando com um requerimento, solicitando que a Proposta de Emenda à Constituição nº 28 - em vista de todos os prazos terem transcorrido e ainda não haver parecer - seja colocada em pauta, na próxima semana. Estamos assistindo a esse terror, em nome de preservar a hierarquia de uma corporação, mostrando claramente como é maléfica, inconstitucional, anti-social e antidemocrática a justiça militar. Podemos, sim, legislar, em nível de segunda instância. Essa foi uma prerrogativa pela qual a própria

Constituição Federal permitiu aos Legislativos Estaduais elaborarem em suas constituintes.

Ao final de nosso pronunciamento, queremos solicitar aos Deputados o apoio para três projetos de nossa autoria e que se encontram na pauta de hoje para serem votados, em 2º turno. O primeiro estabelece incentivos fiscais para empresas que contratem presos ou egressos. Todos sabemos que uma das grandes dificuldades para a reintegração e a ressocialização do preso na sociedade é o preconceito que existe com o ex-presos. Isso impede muitas vezes que consiga um posto no tão difícil mercado de trabalho. Existem incentivos fiscais para muitas empresas multinacionais. Então, por que não se dão também incentivos para as empresas que têm uma causa meritória, que é a contratação de preso ou de egresso.

A LEP - Lei de Execução Penal - dá remissão de penas. Para cada três dias trabalhados, o preso ganha um dia de remissão. Mas, se o preso não encontra trabalho quando está no regime semi-aberto e nem quando se livra e paga realmente a sua pena à sociedade, como vai se reintegrar?

Aproveitando a presença do Deputado Francisco Ramalho, quero registrar uma experiência muito positiva que vimos na APAC-Itaúna, nesta última segunda-feira. A CPI do sistema penitenciário estadual, ao visitar a APAC-Itaúna, veio, com a alma lavada, fechar os seus trabalhos com chave de ouro. Encontramos lá uma cadeia totalmente diferente - que nem poderíamos chamá-la de cadeia, mas, sim, de Centro de Reeducação. Lá não encontramos policiais civis, guarda penitenciário, nem polícia militar, que, para entrarem lá, têm que deixar as armas do lado de fora. Encontramos um trabalho abnegado de 40 voluntários, na sua maioria originários da Pastoral Carcerária. Encontramos presos administrando o estabelecimento, incluindo o regime fechado, semi-aberto e os que estão lá com penas alternativas. Encontramos presos sendo reeducados para voltar à sociedade. Vimos que a questão do trabalho é fundamental para a ressocialização do preso. Daí pedimos o apoio dos Deputados ao nosso primeiro projeto, que cria esse incentivo fiscal.

O segundo projeto cria a Ouvidoria da Polícia. Não é preciso dizer aos Deputados o que representam as corregedorias de polícia. Qualquer um de nós, que teve algum conhecido, amigo ou tenha ouvido algum caso de cidadão ou cidadã do Estado que foi à Corregedoria, vai ver que as corregedorias de polícia têm o seu papel limitado. Primeiro, são subordinadas, não tendo autonomia para exercer o seu papel. Segundo, a lógica que norteia - com raríssimas exceções de alguns Corregedores ou de Corregedores Adjuntos - é a lógica da corporação. Estamos propondo que o Ouvidor seja indicado pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, que foi aprovado por esta Casa.

Assim, estaremos dando vez e voz à sociedade, quando for reclamar do arbítrio, do abuso de autoridade e sofrer qualquer tipo de violação de seu direito, provocado por quem deveria protegê-la. Também pedimos apoio para esse projeto. O terceiro projeto que se encontra em pauta, ou seja, o Projeto de Lei nº 740/96, trata do sistema prisional fechado. Foi a forma que encontramos para colocar em prática, no Estado de Minas Gerais, a Lei de Execução Penal.

Assim, contamos com o apoio dos companheiros, dos colegas, na certeza de que devemos pensar com profundidade sobre o sistema de segurança. O projeto que o Governador enviou ontem, na calada da noite, a esta Casa não trata desse problema com profundidade. Existem dois pontos básicos nesse projeto. Um permite que o Oficial da reserva possa comandar a polícia. Isso pode ser uma questão importante, momentânea, mas não fundamental, pois temos de pensar nos Oficiais que estão na ativa e que precisam ter uma nova dinâmica e postura de trabalho.

Outro ponto que consideramos superficial no projeto é permitir que jovens Oficiais, que já estejam na idade limite para serem transferidos para a reserva, possam, com o acréscimo de 1/3 do salário, continuar trabalhando.

Essas duas medidas foram saudadas pelo Governo como uma grande novidade, como algo de extraordinário. Até brinquei com o repórter, dizendo que "A montanha pariu um rato". Após toda a mexida, após todo o espetáculo, imaginávamos que viessem medidas mais substantivas. No entanto, essas medidas são pequenos remendos numa parede que está prestes a ruir, e o Governo tem de abrir os olhos para enxergar a situação, sob pena de ser, mais uma vez, omissos. Concedo o aparte ao nobre colega, Deputado Raul Lima Neto.

O Deputado Raul Lima Neto (Em aparte) - Deputado Durval Ângelo, V. Exa., com muita propriedade, coloca, dessa tribuna, o seu repúdio a uma atitude arbitrária do comando da Polícia Militar, de alguns milicianos, que invadem o jornal, para, quebrando todo o princípio da liberdade, atemorizar e transmitir mais insegurança ao povo brasileiro.

Gostaria de chamar a atenção de V. Exa. para um fato muito importante. Na verdade, em nosso País, parece que certos tribunais são opressores do povo. O Pe. Antônio Vieira, um dos clássicos do português barroco, já na sua época comentava que os tribunais, no Brasil, são uma espécie de castigo de Deus à nossa cultura de corrupção. Pelo fato de as causas se arrastarem por anos a fio, de as cidades ficarem às portas dos tribunais e não os tribunais às portas das cidades, ele comentava da seguinte forma: "Deus, de diversas maneiras, fere os povos infieis; o Egito, com os gafanhotos, e o Brasil, com os bacharéis".

Temos de fazer uma reflexão de nosso "interna corporis", de todos os tribunais deste País, que levam o povo ao sofrimento e à opressão. Muito obrigado.

O Deputado Durval Ângelo - Agradeço o aparte do nobre colega Deputado Raul Lima Neto, que, de alguma forma, fecha com chave de ouro o nosso pronunciamento. Muito obrigado. Esperamos que esta Casa, como em outras vezes, não se omita, e faça o papel que, muitas vezes, os outros Poderes não fazem. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini * - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, quero ocupar esta tribuna, nesta tarde, por, pelo menos, três razões, duas delas são notícias absolutamente tristes e desastrosas. Se der tempo, gostaria que a terceira razão fosse a última, a fim de que eu possa dar uma boa notícia. A primeira delas é a decisão da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais. O Deputado João Leite, Presidente da Comissão, que, com tanta competência, vem dirigindo os trabalhos, propõe uma discussão sobre a violência nas estradas de Minas Gerais. Se não me engano, só nesse final de semana do feriado, 180 acidentes com mortes aconteceram em nosso Estado. Com muita tristeza, comunico à Casa que um casal de amigos, noivos, próximos do casamento, sofreu um acidente numa viagem no Norte de Minas, e hoje faleceu a noiva. Os dois perderam a vida violentamente nas estradas de Minas Gerais. Há três ou quatro semanas, o Contador-Geral do Estado, Dr. Paulo Olinto, perdeu esposa e filha violentamente. Essa violência precisa acabar. O Presidente da Comissão, Deputado João Leite, propôs que investiguemos as causas de tantos acidentes. Seria somente imprudência ou seriam construções defeituosas? Ou seria falta de cuidados essenciais e de segurança nas estradas? Esse assunto será discutido nesta Casa. E acho que é urgente, mesmo porque nós, parlamentares, cortamos este Estado de ponta a ponta a cada final de semana, visitando as nossas bases, correndo riscos, como o que corri há duas ou três semanas. Por pouco eu não estaria aqui para contar a história. Precisamos fazer alguma coisa. E esta Casa já vai começar a discussão. Queremos saber se há responsabilidade. Aquela curva próxima do Aeroporto de Confins foi causa de muitas mortes de mineiros, por imperícia, por irresponsabilidade da engenharia na feitura da curva. Agora, depois de tantas vidas ceifadas, fizeram a correção e duplicaram a pista naquele ponto. Não se morre mais ali, graças a Deus. Mas essas mortes não poderiam ter sido evitadas? Morre, violentamente, aos 26 anos, um casal de amigos nossos, irmãos evangélicos. Esperamos que já estejam na glória. E quantas vidas mais precisarão ser ceifadas para que tomemos uma atitude?

O Deputado Raul Lima Neto (Em aparte) - Deputado Miguel Martini, V. Exa. sempre conduz discussões, nesta tribuna, com sabedoria, trazendo assuntos realmente importantes para serem tratados nesta Casa, que representa o Poder Legislativo máximo em nosso Estado. Não só as estradas de nosso Estado, mas de todo o Brasil são, na verdade, uma demonstração do descaso dos nossos governantes para com o povo. Qualquer estrangeiro que chegue aqui, vindo do Primeiro Mundo, da Europa ou dos Estados Unidos, onde já estive por algum tempo, e viaja por nossas estradas percebe isso com dor no coração. Parece que é uma sombra que nos cobre, de sorte que não percebemos o perigo imposto a todos os que transitam nessas estradas. São buracos e ausência de pistas duplas. As licitações para realização de obras são caríssimas. Veja bem, V. Exa., que a primeira licitação da Fernão Dias ficou quase seis vezes mais cara do que a atual. Isso porque, na época, à sombra da CPI, denunciavam-se os escândalos do superfaturamento das empreiteiras que faziam nossas estradas.

O problema é muito mais profundo. Recentemente, fizemos um projeto para, pelo menos, amenizar esse sofrimento, proibindo e multando com valores altíssimos os proprietários de animais que transitem pelas pistas, causando inúmeros acidentes. Esse projeto foi aprovado por esta Casa, em 1º e 2º turnos. Mas ele veio amenizar pouco, porque, acredito, o cerne da questão é o superfaturamento e, talvez, até o desconhecimento espiritual das autoridades, que nos legam as piores estradas do mundo, com raras exceções, como a Rodovia Castelo Branco, em São Paulo, e outras no Rio de Janeiro.

Fizemos recentemente uma viagem a Brasília, e os buracos são enormes. Em Pirapora há tantas crateras...

O Deputado Miguel Martini - Gostaria que V. Exa. terminasse o seu aparte, porque ainda tenho que conceder um aparte ao Deputado João Leite e trago outro assunto de muita relevância, quando, então, V. Exa. terá o direito de apartear.

O Deputado Raul Lima Neto (Em aparte) - Quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento. Muito obrigado.

O Deputado João Leite (Em aparte)* - Deputado Miguel Martini, também quero parabenizá-lo pelo assunto que traz à tribuna, o qual interessa tanto à sociedade mineira em especial, já que, geograficamente, estamos localizados no centro do País, com várias rodovias federais cortando o nosso Estado, apavorando-nos a cada final de semana ou feriado prolongado, com o número de mortos.

Neste último fim de semana tivemos 17 mortes. No feriado escolar de julho tivemos 180 mortes nas nossas estradas. São dados que nos apavoram, e estamos propondo à Casa, na discussão que teremos em setembro, na elaboração do Programa Estadual de Direitos Humanos, que essa matéria, com a qual o próprio DER-MG tem se preocupado tanto, faça parte da discussão e tenha um capítulo especial no programa de direitos humanos.

Não tenho dúvida, Deputado Miguel Martini, de que deve ser cobrado do Governo Federal - gostaria de dizer isso também ao Presidente Romeu Queiroz - maior investimento nas estradas de Minas, já que, pelo nosso Estado - como é o caso, por exemplo, da BR-116, mencionada pelo colega que me antecedeu, a qual liga o Noroeste de Minas, passando por Salinas - transitam carretas e caminhões pesados, o que traz grande insegurança e risco para quem ali trafega. É claro que um investimento maior tem que ser feito nas estradas do nosso Estado, porque ele está cortado por essas estradas federais.

Esse assunto é importantíssimo. Estamos perdendo irmãos mineiros, alguns jovens ainda. E temos um dado impressionante: 75% das pessoas que estão internadas nos hospitais, hoje, por traumatologia, são acidentados no trânsito. O Brasil gastou no ano passado R\$4.500.000.000,00 com acidentados de trânsito. É mais do que o Brasil arrecadou vendendo a Vale do Rio Doce. Essa cifra é um escândalo que deve mudar. Acho que a Assembléia Legislativa deve atuar. Hoje, teremos uma discussão sobre o transporte de passageiros em pé nos ônibus intermunicipais em Minas Gerais. Temos que trabalhar dando segurança para a população. Há pouco tempo, tivemos 35 mortes num ônibus, com passageiros em pé; ano passado tivemos 10 mortes num ônibus que vinha de Arcos para Belo Horizonte. Semana passada tivemos duas mortes num outro acidente.

Sem dúvida, V. Exa. traz à tona um assunto da maior relevância. Esta Assembléia deve tratar dele, como também os Governos Estadual e Federal devem estar atentos e sensíveis ao problema. Muito obrigado por essa concessão de V. Exa.

O Deputado Miguel Martini - Agradeço ao Deputado João Leite por suas palavras, que vêm acrescentar muito ao que estamos dizendo. É um assunto que será realmente discutido, com urgência, e não podemos nos furtar a esse debate e a usar toda a nossa capacidade política para reverter esse quadro.

Sr. Presidente, o segundo assunto que trago a esta Casa é uma lamentável decisão tomada hoje no Congresso Nacional. Quero aqui destacar os verdadeiros responsáveis por esse projeto. Ressalvo que, em muitos momentos, desta tribuna, já disse que o PT tem contribuído muito para as atividades desta Casa, como para uma ação política em todo o nosso país. Mas hoje, com projeto votado no Congresso Nacional, prestou um grande desserviço ao País.

O projeto do Deputado Eduardo Jorge, do PT, apoiado pela Deputada Sandra Starling, também do PT, legalizou hoje, de forma enrustida, o aborto no País. A legalização do aborto foi aprovada hoje na Comissão de Constituição e Justiça, por 23 a 23. Deu empate. E valeu o voto da relatora, Deputada Zulaiê, do PSDB de São Paulo.

O Brasil não aceita a legalização do aborto. E o que foi aprovado é uma forma muito sutil, vejam os senhores: antes, precisava-se de uma decisão judiciária para se permitir que fosse feito um aborto em caso de estupro ou de risco de vida. Hoje, não. Esse projeto, por enquanto, só passou pela Comissão de Constituição e Justiça e pela Comissão de Saúde e Seguridade Social. Esperamos que seja derrotado no Plenário do Congresso.

Basta, vejam os senhores, que haja uma ocorrência policial para que uma senhora ou uma jovem que engravidou vá a um hospital público para que um médico faça o aborto. Com uma polícia do jeito que estamos vendo, podemos imaginar que não será difícil conseguir uma ocorrência policial de estupro. Basta que um médico diga "sim", que há risco de vida para aquela mãe, para que o poder público e os hospitais, que são constituídos para defender a vida, não para tirá-la, possam fazer o aborto.

É uma forma muito sutil. Acredito que os parlamentares do PT desta Casa deverão - como ouvi Prefeitos do PT fazerem - repudiar uma atitude como essa, como nós repudiamos. O Brasil não quer o aborto, o Brasil quer a vida.

O Deputado Gilmar Machado (Em aparte) - Deputado Miguel Martini, queríamos dizer que concordamos com V. Exa. quando diz que é um projeto de Deputado, e todos têm o direito de apresentá-los. Mas temos o direito também de nos posicionarmos contrariamente. E somos contrários a esse projeto.

É bom que fique claro que essa não é uma posição do partido, mas de Deputados. Se formos pensar assim, generalizaremos para o conjunto todos os projetos apresentados por cada Deputado. Portanto, queremos aqui externar a nossa concordância com o que V. Exa. está dizendo. Vamos estar discutindo para que, quando do processo de votação, possamos realmente ter ali um posicionamento majoritário. Mas é bom que se lembre que esses foram posicionamentos individuais, são projetos, e todos têm o direito de se posicionar a favor ou contra.

Queremos, então, ressaltar que V. Exa. agiu corretamente, quando identificou quem apresentou o projeto, e não fazendo uma generalização.

O Deputado Miguel Martini - Agradeço ao Deputado Gilmar Machado. Conhecemos os seus princípios, como também os dos Deputados Marcos Helênio, Durval Ângelo, Adelmo Carneiro Leão e outros do PT, que não poderiam estar a favor desse projeto.

Agora, quero aqui denunciar que o Deputado Gilmar Machado, junto com a Bancada Estadual do PT, poderia influir, sim, porque a votação se deu de 23 a 23, e o Deputado Hélio Bicudo, do PT de São Paulo, votaria contra esse projeto. Mas, por uma manobra da Bancada Federal do PT, ele foi retirado dessa comissão. Então, é preciso que a Bancada do PT se mobilize para evitar essa derrota, porque ele seria derrotado se o Deputado Hélio Bicudo, do PT, um grande cristão, pudesse fazer isso. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Geraldo Nascimento - Sr. Presidente, pessoas presentes nas galerias, Srs. Deputados, ao ensejo do Dia Internacional do Cooperativismo, gostaria de falar sobre uma escola que temos na cidade de Timóteo.

As cooperativas educacionais surgiram como uma resposta aos pais descontentes com o atual sistema público educacional. Atualmente, essas cooperativas podem oferecer todos os níveis de ensino. Através das cooperativas, os pais sempre participam da proposta pedagógica da escola.

Hoje a Organização das Cooperativas de Minas Gerais tem registradas, em todo o Estado, 34 cooperativas educacionais, sendo 16 de ensino formada pelos pais de alunos e 18 cooperativas escolares, formada pelos alunos.

Neste dia 20 de agosto, quando se comemora o Dia Internacional do Cooperativismo, gostaríamos de lembrar aos senhores parlamentares o grande exemplo de cooperativismo e de preocupação com a relação homem-meio ambiente. É a Escola Cooperativa Ambiental Ipê Amarelo, em Timóteo, que vem dando certo em nossa região do Vale do Aço e servindo de exemplo para todo o Brasil.

Criada em dezembro de 1995, a Escola Cooperativa é formada por alunos, pais de alunos e professores, com o objetivo de preparar técnicos em meio ambiente, e, ao mesmo tempo, formar pessoas de valor, fortes e capazes de enfrentar desafios do novo século.

Autorizada pelo Conselho Estadual de Educação, a Escola Cooperativa Ambiental Ipê Amarelo possui um quadro de professores da mais alta competência, alguns com mestrado.

A Escola elegeu como referência básica sua atuação no campo da preservação ambiental, a ecologia humana. Isso significa que a essência de sua preocupação são os seres humanos como criaturas da ecologia global.

Na área pedagógica, a Ipê Amarelo adota a educação para a criação de valores. O objetivo é garantir aos educandos uma formação sólida, de rico conteúdo humanístico, que os torne pessoas verdadeiramente de valor, imprescindíveis ao desenvolvimento da sociedade humana e dotadas de alta competência técnica.

Entre as linhas de ação da Escola Ambiental Ipê Amarelo está um triângulo de relações, constituído pela escola-família-comunidade, cujo trabalho consiste, por meio de ações concretas, no controle ambiental, na proteção de recursos naturais, na pesquisa e na aplicação de tecnologia ambiental e no desenvolvimento sócio-ambiental da comunidade.

Os alunos, com apoio dos professores e da direção da Escola, estão implantando quatro importantes projetos:

1- Coleta seletiva do lixo nas escolas da rede municipal de ensino, nos centros comerciais e no bairro Primavera, onde se localiza a Escola.

2 - Recuperação de nascentes que compõem a sub-bacia do rio Piracicaba. Um trabalho conjunto da Prefeitura, da Associação de Moradores, de empresas e da Escola já possibilitou a recuperação da nascente localizada na área de lazer do conjunto residencial do bairro Santa Maria.

3- Recuperação de áreas degradadas, no bairro Vale Verde, mediante convênio com a Prefeitura Municipal de Timóteo.

4- Preservando a vida em cooperação. Esse projeto será executado neste segundo semestre e objetiva a formação de núcleos comunitários de educação ambiental, em cada rua da cidade, a partir das residências dos alunos. Equipes de cinco alunos, devidamente treinados, com apoio multidisciplinar de professores, vão trabalhar diretamente com a população, utilizando as unidades de vizinhança. Serão passadas todas as informações sobre questões de natureza ambiental do cotidiano, tais como o problema do lixo, a preservação dos recursos naturais, o desperdício de alimentos entre outras.

Estamos apoiando esses projetos que estão contribuindo para colocar o Município de Timóteo e outros que solicitarem a presença da Escola nesse trabalho, na vanguarda da consciência ambiental. Os projetos também ajudam a reduzir substancialmente a degradação do meio ambiente, além de proporcionar aos alunos meios práticos de desenvolver a sua capacitação, através de estágios curriculares ou extracurriculares.

A Escola Cooperativa Ambiental Ipê Amarelo é uma verdadeira "utopia concreta", como dizia o saudoso professor Darcy Ribeiro. Além da preocupação com a ecologia humana, a Escola tem hoje uma forte vontade de contribuir com o processo de mudança social que teremos de empreender neste País, e, ao mesmo tempo, uma preocupação com a felicidade das pessoas. Não é uma escola qualquer, muito menos um empreendimento comercial. Nessa instituição há compromisso com a dignidade da vida, manifestada na pessoa de cada aluno, professor ou qualquer outro trabalhador responsável por alguma tarefa na instituição.

São essas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as nossas colaborações para o Dia Internacional do Meio Ambiente. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta - Exmo. Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas; a grande imprensa de Belo Horizonte, nas últimas duas semanas, tem tratado com muita propriedade a questão da reeleição ou das possíveis candidaturas do ano que vem, citando nomes de Secretários e de parlamentares desta Casa como se estivessem envolvidos no confronto, levando a um conflito interno de lideranças em nosso Estado e prejudicando, sobremaneira, Minas Gerais.

Sr. Presidente, pude manifestar-me, como membro da Comissão de Saúde e Ação Social, todas as vezes que o nome do Secretário José Rafael Guerra viu-se envolvido nessas supostas denúncias. Pude manifestar o meu apreço a essa ilustre figura, e o nosso pensamento não mudou até esta data. Tenho em mãos um ofício que me chegou através desse Secretário e pediria a paciência dos companheiros para que eu possa fazer a sua leitura e, posteriormente, alguns comentários que julgo oportunos. (- Lê:)

"Prezado Deputado, vimos, por meio desta e em atenção às acusações irresponsáveis e difamatórias proferidas através da imprensa, levar ao conhecimento de V. Exa. a verdade sobre o programa REFORSUS, bem como os critérios de seleção dos municípios contemplados.

Em primeiro lugar, com relação aos critérios de contemplação, lembramos que foi inicialmente fixado um valor médio 'per capita' por região de saúde, para nortear a discussão dos municípios envolvidos e evitar pedidos exagerados à vista do montante de recursos do Estado.

A partir daí, cada comissão bipartite regional, composta por representantes dos municípios e do Estado, elencou e ranqueou as suas prioridades.

Essa proposta, aprovada no âmbito regional, foi reexaminada por uma comissão bipartite estadual, conforme determinação do próprio Ministério da Saúde, comissão esta composta por sete membros titulares e sete suplentes - diga-se de passagem, representando municípios de todas as macrorregiões do Estado e todas as correntes político-partidárias - e igual número de representantes da Secretaria de Estado da Saúde.

Tendo em vista a escassez de recursos em face do volume de pedidos, essa comissão bipartite houve por bem confrontar os relatórios regionais com os recursos cuja liberação já havia sido autorizada pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, referentes às audiências públicas regionais, evitando, assim, a realocação desnecessária de recursos. Pudemos, assim, atender a, aproximadamente, 600 municípios em todo o Estado.

O relatório final enviado ao Ministério da Saúde foi aprovado por unanimidade por essa comissão de intergestores.

Posteriormente, o relatório final foi submetido ao Conselho Estadual de Saúde e aprovado na reunião de 9/6/97. Lembramos a V. Exa. que o Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais é composto por 52 membros das mais diferentes tendências políticas, além de representantes dos diversos segmentos da área de saúde e usuários.

Em segundo lugar, em relação ao montante de recursos que tocou ao Estado, lembramos que foram destinados R\$10.000.000,00 para a conclusão do Pronto Socorro de Venda Nova, prioridade maior do Governo do Estado e pela própria bancada federal do Estado, que chegou a aprovar emenda coletiva de igual valor ao OGU/97 - Orçamento Geral da União. É mais do que notório que esse hospital, do mesmo porte do Hospital João XXIII, será referência para o atendimento de urgência de 4 milhões de cidadãos da Região Metropolitana de Belo Horizonte, perfazendo 25% da população de todo o Estado.

Além disso, foram destinados à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - FHEMIG - R\$4.000.000,00 para investimentos diversos, lembrando sempre que a FHEMIG é a maior rede hospitalar do Estado, com 22 unidades, todas elas de referência regional.

Finalmente, a situação de Minas Gerais é de absoluta igualdade em relação a todos os demais Estados da Federação, sendo que, até o momento, não houve liberação de recursos para nenhum deles, sendo até incorretas as afirmações de desvio de recursos.

Afirmações segundo as quais os recursos estariam sendo "pulverizados" só podem provir de pessoas que não conhecem a saúde pública e a realidade aflitiva da Capital do Estado e das cidades-pólo e que defendem a aplicação centralizada de recursos, ignorando que a grande revolução por que passa a saúde pública consiste, exatamente, na sua interiorização e microrregionalização, através dos consórcios de saúde, permitindo ao cidadão um atendimento digno, sem submeter-se a desumanos deslocamentos em busca de cuidado médico.

A forma de trabalho por nós adotada, como, de resto, pelo Governo Eduardo Azeredo, rompe com algumas práticas ultrapassadas que, certamente, queremos ver abolidas da política nacional. Critérios como os da Lei Minas por Minas ou do Programa Farmácia Essencial ou dos demais programas desta pasta, entre os quais o REFORSUS, que agraciavam municípios segundo critérios técnicos objetivos, independente da cor partidária ou da interferência política, certamente descontentam aqueles que, historicamente, vivem à custa de práticas clientelistas e de favorecimento em troca de votos e que interpretam a conduta de pessoas honradas pelas suas próprias atitudes. Ao ensejo, renovo a V. Exa. os meus votos de respeito e consideração. José Rafael Guerra Pinto Coelho, Secretário de Estado da Saúde".

Esse ofício, Sr. Presidente, vem, exatamente, atestar um trabalho dos mais notáveis, dos mais sérios, dos mais reconhecidos, feito pelo Secretário da Saúde, Dr. Rafael Guerra Pinto. Não podemos aceitar que pessoas acostumadas a fazer política de clientelismo com a saúde, distribuição de favorecimentos em busca de votos, como aconteceu em um passado recente, na Secretaria da Saúde, tomem atitudes que venham a macular o nome de pessoas que querem, realmente, trabalhar por Minas Gerais.

Temos, em curso no nosso Estado, através da Secretaria da Saúde, programas estruturantes, sociais, dos mais dignos e elogiáveis, que têm levado a saúde pública aos grotões de todo o Estado. Eu citaria, e seria desnecessário fazê-lo, os consórcios intermunicipais de saúde, que são hoje uma realidade vitoriosa e estão sendo implantados em todas as regiões de Minas Gerais. Através deles, estamos observando que municípios que nunca participaram de decisões relativas à saúde pública, hoje, já estão inseridos nessa rota de desenvolvimento e favorecimento. Nunca tiveram médico, nunca tiveram a sorte de ter, pelo menos, posto de saúde, e hoje já participam da saúde elementar, da saúde básica e, principalmente, dos grandes acontecimentos e dos grandes planos da saúde pública do nosso Estado. Eu citaria, também, a Farmácia Essencial. Presenciamos a distribuição dessa cesta básica de medicamentos aos pequenos municípios, com menos de 20 mil habitantes, que hoje têm, nos seus hospitais, remédios para distribuir para a população carente. O médico ia esporadicamente ao município, fazia a receita, e o paciente a guardava no bolso, porque não tinha dinheiro para comprar o medicamento. E hoje o paciente tem, através da Farmácia Essencial.

Cito o programa de saúde da família, o grande carro-chefe deste Governo, um programa que dá gosto ver. Nós, que vivemos a saúde, ficamos satisfeitos de ver esse programa. Todos os municípios estão implantando dois, três e até quatro programas de saúde da família, como Manga, Matias Cardoso e a maioria dos municípios do Norte de Minas Gerais.

Mas existem pessoas que querem ver o circo pegar fogo. São os picaretas da política, que jogam lama em cima das pessoas honradas, desmerecem os trabalhos nacionalmente conhecidos, querem fazer da política uma forma de ganhar a vida, de favorecer a si próprios e a seus companheiros; não querem fazer da política uma vocação. Dizia o saudoso Kafunga: "Parece que o errado é o certo para algumas pessoas". Há pessoas que tampam as vistas, não querem ver mesmo quando enxergam, gostam simplesmente de jogar lama. São os desesperados, e o desespero corrompe o espírito. Sabemos muito bem que esses desesperados não têm noção do certo e do errado.

Sr. Secretário Rafael Guerra, com toda a certeza, o senhor tem o reconhecimento da maioria dos Deputados Estaduais desta Casa. Sabemos como está trabalhando, o que deixou na sua vida pública, como grande cirurgião e grande professor, para ficar 8, 10 horas por dia, na Secretaria da Saúde, fazendo esse grande trabalho. E vemos esses picaretas, esses malandros da política, jogando lama no seu nome. Não aceitamos, definitivamente, que pessoas da sua qualidade, que ajudam o Governador Eduardo Azeredo nessa grande e difícil missão de governar o nosso Estado, tenham o nome maculado dessa forma, achincalhado por pessoas que não têm moral para falar, principalmente, de pessoas honradas como o senhor. Muito obrigado.

O Deputado Gilmar Machado - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, ocupamos a tribuna nesta tarde para abordar um tema que julgamos fundamental.

O Governo do Estado vem veiculando propagandas sistemáticas, nos últimos dias, com relação à questão salarial dos servidores, em especial do magistério. Pelos dados que temos, só no horário nobre, no período de uma semana, gasta-se mais de R\$130.000,00 com essas propagandas para tentar passar a ideia de que os servidores estão ganhando muito e de que os seus salários foram elevados. Ocupamos a tribuna nesta tarde para colocar a real situação, não só da educação, mas dos servidores de uma forma geral.

Hoje, as escolas públicas de Minas paralisaram as atividades. E a razão é que a propaganda do Governo ainda não chegou às escolas. Gostaríamos de vestir aqui a camisa dos servidores públicos do Estado. Está aqui, nesta camisa, o contracheque dos servidores públicos de Minas Gerais.

Gostaríamos de discutir com os Líderes do Governo a real situação dos servidores que estão, no dia-a-dia, fazendo funcionar as escolas, fazendo funcionar os hospitais e os postos de saúde.

Hoje pela manhã, embora convocada, já que o Deputado Marcos Helênio apresentou um requerimento que foi aprovado na Comissão de Administração Pública, o Secretário de Administração não compareceu e se fez representar por técnicos, na discussão.

Querem discutir as médias, mas nós queremos discutir o real que está sendo pago a esses servidores. Média salarial, tudo bem, vamos discutir, mas queremos uma explicação. Para achar as médias salariais que estão sendo divulgadas na televisão, o Governo não coloca os pró-labores, que em muitos casos, para cargos de chefia, são superiores a R\$3.000,00. Ai, sim, consegue-se chegar às médias maravilhosas publicadas e divulgadas na televisão. Queríamos que os Líderes do Governo viessem aqui discutir como é que está o salário dos ajudantes de serviço, queríamos que eles viessem aqui com os contracheques dos professores primários, dos médicos, dos enfermeiros. É isso que gostaríamos de ver os Líderes do Governo discutindo. Estamos dispostos a discutir isso. Os trabalhadores da educação estão aqui, na porta da Assembléia, discutindo a situação das escolas, porque há uma propaganda na televisão dizendo que já está tudo resolvido, que as escolas já estão informatizadas, com computadores, com televisão, com antena parabólica. No mês passado, estive em Minas Novas participando de um debate, em Comercinho, em Medina, no Jequitinhonha, e o que as comunidades rurais me disseram? "Está aqui, Deputado. A televisão está aqui." Mostraram a televisão, mostraram o videocassete. "Só que não está funcionando, Deputado, sabe por quê? Porque não tem luz." Não chegou a luz, mas compraram uma televisão e um videocassete sem ter como fazê-los funcionar. Ai, eu pergunto: Secretário João Batista dos Mares Guia, vamos visitar o Estado, vamos conhecer sua realidade. Vamos pôr luz nos lugares primeiro, para, depois, fazer a propaganda na televisão. Estão colocando computadores, sendo que não há ninguém para operá-los. Comprar o computador é fácil, o problema é a manutenção. Quem fará a manutenção desses computadores quando houver um problema de pico de luz? Queríamos fazer esse debate com o Governo. Queríamos que o Governo conhecesse de fato a realidade deste Estado. O Governo agora está dizendo que vai nuclear todas as escolas rurais. Vamos nuclear tudo. Serão construídas escolas rurais lindas. E eu pergunto, assim como Prefeitos de vários municípios: quem vai pagar o transporte? Quem vai pagar o transporte do ensino nucleado? Temos um Governo, hoje, que, no meu entendimento, sonha, delira, mas não conhece a realidade do que está acontecendo dentro das salas de aula, do que está acontecendo nos vários lugares deste Estado. Queremos discutir a história, queremos discutir aqui a realidade das escolas reais de Minas Gerais. Não aquela escola que está na cabeça e no sonho. Querem discutir sonhos, utopias? Vamos, mas é preciso também colocar o pé na realidade, porque senão vamos ficar só nos sonhos. Os trabalhadores da educação não vivem apenas de sonhos. Eles sonham um dia em que o Governo coloque na televisão uma propaganda verdadeira, com um contracheque real. Está aqui o contracheque. Por que o Governo não discute isso? Essa é a questão. Onde estão os Líderes do Governo nesta Casa? Não é por falta de Liderança, porque há muitas, e são gente séria. Mas onde estão? Vamos discutir, vamos debater. No Pequeno Expediente são possíveis questionamentos. Vamos lá. Vamos debater essa realidade. O Governador do Estado levou as escolas a fechar suas portas hoje, e deve sair greve, não sei se por tempo determinado ou indeterminado. Gostaríamos que não fosse de forma nenhuma Mas o Governo não entende outra linguagem. Os trabalhadores da educação querem negociar, e o Governo não negocia. O Presidente desta Casa, Deputado Romeu Queiroz, nomeou uma comissão para intermediar o processo, e até hoje ela não foi recebida. Vamos discutir com os Secretários Agostinho Patrus, João Heraldo e Cláudio Mourão, que foi o único a comparecer à reunião, mas que também não sabia o que, nem como seria negociado. Hoje tivemos a resposta: para a polícia, negociação; para os demais, joga-se um abono, e pronto.

Entendemos que é preciso o estabelecimento urgente de uma política salarial clara, que garanta de fato tratamento igual tanto para civis quanto para militares. Por que se negociou com os militares? Porque têm revólveres, têm armas, e porque, infelizmente, uma pessoa morreu. Eu pergunto: será que o Governador está esperando que as professoras peguem em armas para depois negociar? Será que é isso que o Governador está esperando? Será que o Governador está esperando que morra uma professora para ele se dignar a negociar? Esse é o Governo de Eduardo Azeredo! Quero ver no ano que vem. No ano que vem ele vai virar bonzinho, vai querer sentar e conversar, porque tem eleição. Mas os trabalhadores da educação já sabem a resposta para esse Governo insensível, esse Governo que massacrava a escola real, porque a escola dos sonhos continua na Secretaria. O Secretário João Batista dos Mares Guia viaja por esse Estado e, quando chega às cidades, continua viajando, porque continua falando, falando, e ninguém consegue saber de que escola ele fala, porque a realidade da escola, em que os alunos estão todos os dias, não é a realidade passada na TV, em que as salas de aulas estão com poucos alunos, com professores e todos as pessoas saudáveis e felizes da vida. Essa não é a realidade! As escolas estão superlotadas. Os professores estão com 40, 50 alunos em salas que só cabem 25, 30. É essa a realidade da escola! E nós entendemos que é preciso que façamos nesta Casa uma discussão séria a respeito da questão.

Gostaria de concluir repetindo o que já dissemos hoje: que estaremos, sim, vestindo essa camisa. E vamos continuar aqui, na Assembléia, debatendo e chamando os Líderes do Governo para o debate. Vamos continuar cobrando do Governo do Estado uma política salarial e um plano de carreira justos, para que de fato a escola seja tratada de forma adequada. Esperamos que o Governo do Estado se digne a receber as lideranças dos servidores e que negocie sem que haja violência, porque os trabalhadores da educação não sabem lidar com armas de fogo. O que os trabalhadores da educação sabem fazer - e fazem muito bem - é utilizar as suas armas, que são o giz e a sua voz. E é exatamente através do giz e da voz que os trabalhadores vão demonstrar a esse Governo que não adianta fazer propaganda mentirosa na televisão com o dinheiro de todos nós. Eles vão mostrar qual é a

verdadeira história da educação de Minas Gerais por meio desta camisa. E eles vão discutir no Estado inteiro a real situação de todos os trabalhadores.

Gostaria de parabenizar os servidores públicos e, em especial, o SIND-UTE pela atividade que realiza no dia de hoje, e dizer que eles não estão sozinhos. Estaremos aqui também a denunciar essas injustiças desse Governador que continua também com um Secretário que viaja, que sonha, mas que, infelizmente, não viaja dentro deste Estado e não sonha com uma escola melhor, com uma escola real. Mas os trabalhadores construirão essa escola com o seu trabalho, com a sua luta, e tenho a certeza de que, dessa forma, sensibilizarão as pessoas, e, a partir do ano que vem, não teremos governos insensíveis, governos que querem a violência e a morte. Teremos novos governos, aí sim, com sonhos diferentes, com realidades diferentes, que queiram de fato a vida e a valorização do ser humano. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 20/8/97, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, a Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, e de conformidade com as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.382 e 1.468, de 1997, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria, conforme abaixo discriminados:

Gabinete do Deputado Bené Guedes

nomeando Clóvis José Bresolin para o cargo de Motorista, padrão AL-10;

nomeando Júlio Maria Teixeira Matos para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05.

Nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, assinou o seguinte ato:

nomeando Dilza Sídia Silva Aguiar para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa.

Gabinete da Deputada Elbe Brandão

nomeando Mônica Cristina Miranda Santos para o cargo de Motorista, padrão AL-10.

Aviso de Licitação

Resultado de Julgamento de Licitação

Convite nº 78/97 - Objeto: serviços de manutenção em supermicros. Licitante vencedora: BMS - Belgo Mineira Sistemas Ltda.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Termos de Convênio que entre si celebram a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e as Entidades abaixo discriminadas, cujo objeto é a concessão de subvenção social e auxílio para despesa de capital

Convênio Nº 00758 - Valor: R\$25.000,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Teófilo Otoni - Teófilo Otoni.

Deputado: Romeu Queiroz.

Convênio Nº 00766 - Valor: R\$25.000,00.

Entidade: Associação Amparo Criança Idoso - Pousos Alegre.

Deputado: Miguel Barbosa.

Convênio Nº 00767 - Valor: R\$3.000,00.

Entidade: Fundação Arte Coral Paulo Vi - Teófilo Otoni.

Deputado: Wilson Pires.

Convênio Nº 00768 - Valor: R\$16.300,00.

Entidade: Associação Moradores Bairro Nova Esperança - Salinas.

Deputado: Geraldo Santanna.

Convênio Nº 00770 - Valor: R\$3.000,00.

Entidade: Associacao Moradores Linopolis - Divino Laranjeiras.

Deputado: Maria Jose Haueisen.

Convênio Nº 00771 - Valor: R\$4.000,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Sao Geraldo - Sao Geraldo.

Deputado: Durval Angelo.

Convênio Nº 00772 - Valor: R\$6.000,00.

Entidade: Associacao Prot.assist.mat.inf.cr.pres.dr.tancredo A. Neves - Campo Belo.

Deputado: Maria Olivia.

ERRATA

ATA DA 62ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO E LAZER

Na publicação da ata em epígrafe, verificada na edição de 8/8/97, pág. 10, col. 2, na linha 49, após "Reabertos os trabalhos," inclua-se:

"a Presidência submete a discussão e votação, no 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.178/97 (relator: Deputado Gilmar Machado), o qual é aprovado. A seguir,".